

Congresso deve mesmo trabalhar no recesso

Está quase certa a convocação do Legislativo durante o recesso parlamentar de julho. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), declarou ontem que a tendência de convocação é crescente tanto no Senado quanto na Câmara. Embora esta decisão só esteja prevista para a noite da próxima segunda-feira, quando Benevides tem reunião marcada com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), o deputado José Genoíno (PT-SP) já arriscava um palpite na tarde de ontem: "A autoconvocação é inevitável, porque o Legislativo como um todo não cumpriu a pauta de votação dos projetos prioritários para o País".

Preocupado com a possibilidade de o Governo tomar a iniciativa de convocar o Congresso, o que resultaria no pagamento de ajuda-de-custo aos políticos, Genoíno é uma das lideranças que vem trabalhando pela autoconvocação, que não implica ônus, dispensando o pagamento de salário dobrado aos parlamentares. "O governo está disposto à convocação", confirma o líder do bloco de apoio ao Planalto na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). "Se esta atitude partir do Presidente, ele acua o Congresso, mostrando à opinião pública que não tem medo da CPI do caso PC e voltando os olhos da opinião pública para o contracheque do parlamentar", raciocina Genoíno.

Mauro Benevides também as-
tendência à autoconvocação

do Legislativo à CPI do caso PC Farias e à pauta de votações. A Assessoria Jurídica do Senado entende que a CPI, que já decidiu trabalhar no recesso, não pode funcionar sozinha. "Sendo a CPI um membro do corpo do Legislativo, não há como dissociar seu funcionamento do resto do Congresso", argumenta o senador. Estudioso das normas regimentais, Genoíno também partilha da opinião de que o funcionamento pleno da CPI, incluindo as audiências públicas para a tomada de depoimentos, depende do funcionamento do Congresso.

Richa

"Minha idéia é a de que funcionemos normalmente até o dia 12 de julho, período que o Senado aproveitará para votar projetos já aprovados pela Câmara, como concessão de serviços públicos, modernização dos portos, isonomia salarial e Advocacia-Geral da União", diz Benevides. Com isto, ele acha que fica resolvida uma velha richa entre Senado e Câmara, pois os deputados tradicionalmente só esgotam a pauta na última semana, inviabilizando a votação dos projetos pelos senadores em tempo hábil. "Será que a sociedade entenderia o cancelamento dos trabalhos por 30 dias, deixando para agosto a apreciação de projetos fundamentais ao País?", indagava ontem Benevides.

Os primeiros dias de agosto também seriam bem aproveitados pela CPI, que trataria de concluir a fase de coleta de depoimentos.